

Eixo Temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas

**ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E CAPITAL SOCIAL: ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**LOCAL PRODUCTION ARRANGEMENTS AND SOCIAL CAPITAL: STRATEGY
FOR REGIONAL DEVELOPMENT**

Marina Andrade Agnesi, Cleonice Gierg e Daniel Cenci

RESUMO

A elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos APL's, representam uma proposta metodológica de pensar o desenvolvimento, mediante passos que vão além da simples proposta metodológica, pois é um processo que estuda e implementa saberes e técnicas para o desenvolvimento local. Elabora uma visão compartilhada de futuro a ser perseguida pelos atores socioeconômicos de uma determinada região, articulando governo e sociedade, pactuando ações e tarefas, bem como, as formas de implementação. Como resultado deste processo de planejamento com participação, produz-se uma visão de território pelos sujeitos que vivem no território, um plano de desenvolvimento para a região e a articulação política e comunitária que poderá alavancar o Desenvolvimento regional. A perspectiva de que um plano produzido neste contexto promova a articulação da sociedade e a construção de capital social, comprometidos com a prosperidade e o meio ambiente, em processos de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Sustentabilidade. Capital Social. Território.

ABSTRACT

The preparation of the Strategic Development Plans of APLs, represent a methodology of thinking about development, through steps that go beyond simple methodological proposal as it is a process that studies and implements knowledge and techniques for local development. Prepares a shared vision of the future to be followed by socio-economic actors in a given region by coordinating government and society, agreeing actions and tasks, as well as ways to implement. As a result of this planning process with participation, produces a territory of vision by the individuals living in the territory, a development plan for the region and the political articulation and community that can leverage regional development. The prospect that a plan produced in this context promotes the articulation of society and the building of social capital, committed to the prosperity and the environment in sustainable development processes.

Keywords: Development. Sustainability. Social Capital. Territory.

1 INTRODUÇÃO

A temática do desenvolvimento é amplamente debatida, porquanto carrega dentro de seus múltiplos significados, uma síntese e resultado de melhoria das condições de vida para as pessoas. Se qualidade de vida é uma adjetivação do desenvolvimento que une correntes políticas e econômicas paradoxais, por outro lado os métodos e pressupostos nem sempre são harmônicos.

Propor desenvolvimento como tema central requer lucidez de que este é um tema de disputas e de fundamentos ideológicos contundentes e mesmo contraditórios, porém não é possível imaginar desenvolvimento de uma sociedade apenas pela concorrência e com relações de interesses ocultos neste processo.

A proposta de refletir sobre Arranjos Produtivos Locais – APL's - constitui-se como uma caracterização própria de uma maneira de olhar para o desenvolvimento buscando compreender a inter-relação dos temas e atores de uma determinada Cadeia Produtiva, ou ainda, como as relações sociais e econômicas se constituem em fator de desenvolvimento, ou ao contrário, sendo frágeis podem significar a estagnação e um mau desenvolvimento.

Como os APL's emergem de uma proposta de governo, com metodologia para sua construção, é importante tratar ao longo deste pequeno ensaio, de seu conceito, seu papel no desenvolvimento regional, sua metodologia, seus atores, bem como, partindo das experiências concretas, entender os temas comuns e aproximações das regiões, ou compreender as características de cada região, suas diferenças e como tais caracterizações interferem no desenvolvimento local.

Trata-se de uma leitura de realidades e a tentativa de elencar aprendizados acadêmicos para processos de desenvolvimento e seus conteúdos, porquanto a preocupação inicial tem como eixo motivador da proposta, a promoção do desenvolvimento sustentável, como tema que permeia este trabalho.

2 A PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DOS APL'S – ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO

As características na busca de ajustes das organizações às transformações na sociedade contemporânea evidenciam a importância e a dificuldade de praticar o planejamento. Sendo um processo de análise da verdade e de posição estratégica mediana na gestão de organizações públicas e privadas a partir de referenciais de leitura e monitoramento do âmbito organizacional (BASSO e MUENCHEN, 2006).

A política de base ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais no Rio Grande do Sul por volta dos anos noventa, sendo o caminho da influência seguindo aos arranjos em nível nacional pelo governo federal. Em 1999, o Governo do Estado, através de sua Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI), criou o Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção. Assim, iniciou e foi melindrado a uma política direcionada para desenvolvimento regional com base nos APL's no Estado (TATSCH *et. al*, 2011).

As propriedades da indústria gaúcha, no que se refere à centralização regional de cadeias produtivas, dentre a pesquisa e de base às organizações, fomentou a estratégia de desenvolvimento regional de maneira transversalmente do crescimento de Arranjos Produtivos Locais (APL's), sistematizado no processo de organização inicial da matriz produtiva, desenvolvido novos investimentos estratégicos com apoio na organização de atividades associativas (CASTILHOS, 2002).

Contudo o Programa de Fortalecimento das Cadeias dos Arranjos Produtivos Locais é um dos eixos fundamentais da política de desenvolvimento do Estado para aumentar a competitividade das empresas, pois diligencia a Economia da Cooperação, amenizando os desequilíbrios regionais, sociais e ambientais assim colaborando para o desenvolvimento harmônico e sustentável do Rio Grande do Sul (MUCKE, 2012).

A Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação institucionaliza objetivos segundo Mucke (2012), diversos projetos, buscando cooperação e efetividade, direcionando ferramentas comuns e, dessa forma, permite que a efetivação de ações e instrumentos de política pública fortificando a assistência institucional e a habilidade de geração endógena de fatores ativos do desenvolvimento local.

O planejamento, conforme Demo (1993) deve ser remetido de qualidade política, focando em conteúdos do planejamento antes de cogitar os métodos. Em outras palavras, o conceito de planejamento viabiliza a política que por meio da negociação franca envolvendo diversos membros do sistema de onde será planejada. Destacando a flexibilidade, negociação, democracia, participação, viabilidade política, os métodos não liberais devem ser aproveitados e repetidos até a exaustão (BUSTELO, 1982).

Em torno dos ganhos intrínsecos à cooperação, as relações de governança local que se desenvolve no APL podem ampliar a eficiência coletiva e a competitividade das empresas por meio de ações como, por exemplo: vendas, compras, exportações, promoção distribuição; cooperativas de crédito, cursos de capacitação e formação profissional; fundos e sociedades de crédito; utilização em conjunto de máquinas e equipamentos; marcas, desenvolvimento/adoção de tecnologias da informação e softwares de uso coletivo; compartilhamento de inteligência contábil e financeira; conjuntos para superar problemas de infraestrutura (BASSO, 2012).

Por outro lado o desenvolvimento deve ser observado como um processo evolutivo, e aberto e, por consequência, de difícil de prever e para entendê-lo requer um método adequado de pesquisa, considerando os seguintes princípios metodológicos:

- Efetuar análises a partir dos fenômenos mais gerais para os particulares, por meio de uma abordagem sistêmica em vários níveis;
- Analisar cada nível da realidade especificamente, efetuando uma síntese dos níveis de análise mais abrangentes, antes de passar aos níveis mais específicos;
- Priorizar a explicação em detrimento da descrição, privilegiando o enfoque histórico;
- Estar atento à heterogeneidade da realidade, evitando interpretações por demais generalizantes que dificultam a elucidação de processos de diferenciação (SILVA NETO, 2007).

O objetivo de formulação de um Plano de desenvolvimento para um determinado território reúne o desafio de não repetir as múltiplas iniciativas que as regiões já desenvolveram e que ao final dos investimentos externos, deterioram-se os projetos e por outro lado, superar as desconfiças que cada região apresenta, por processos que geram a construção de Planos teóricos que nunca se efetivam (BASSO e TRENNEPOHL, 2012).

Para a proposta gerada no campo da política, bem como para os diferentes teóricos da proposta dos APL's, um dos segredos que poderão fazer a diferença é a participação direta dos atores da socioeconomia das regiões. Entenda-se por atores os líderes comunitários e sociais, juntamente com as lideranças clássicas da política e da economia, que tem sempre figurado nos planos tradicionais, mas que por outro lado, tem produzido os planos que se esvaziam na hora

da implementação. Neste processo o planejamento se dá em conjunto, planejadores e executores das propostas, fugindo das realidades anteriores onde alguém produzia os planos de ações para terceiros ausentes colocar em prática (BASSO, 2012).

Toda via nível inicial do processo desenvolve estudos de caracterização das regiões, buscando compreender como determina a conjuntura de cada território. Como segundo passo, promove-se a caracterização das propostas e dos atores envolvidos ou potencialmente envolvidos. A pesquisa envolve instituições e empresas, ramos ou setores de produção e esta etapa inclui também uma caracterização técnica e econômica dos sistemas produtivos com a finalidade de observar a sua capacidade de reprodução social ou sustentabilidade ao longo do tempo. Como terceiro passo, constrói-se com a participação de todos os atores e mesmo da comunidade, a definição de linhas e estratégias de desenvolvimento buscando melhorar as relações entre as pessoas e as instituições, fortalecendo os compromissos no propósito de dar viabilidade aos eixos escolhidos, no que se consolida o capital social (BASSO e TRENNEPOHL, 2012).

O resultado que se espera deste processo participativo de planejamento é a construção de um consistente Plano de Ações para as regiões e uma articulação na coordenação dos passos futuros, denominando este processo de governança do APL, um grupo de pessoas com a liderança ampla e reconhecida pela região, gerando a confiança necessária para a implementação dos planos de desenvolvimento sustentável de cada região.

3 A METODOLOGIA DOS APL'S PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A construção do Plano de Desenvolvimento segue um método com foco participativo e estratégico. Em outras palavras as organizações que desenvolvem o APL Celeiro, participam no processo de elaboração do Plano. A contribuição participativa dos atores locais, assim no decorrer de avigorar todos os elos da cadeia produtiva integrantes, e todos se sentindo representados e protagonistas do plano. Dessa maneira, a metodologia e o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento inclui a realização de ideias conjuntas com os atores que fazem parte do APL Celeiro (BASSO, 2012).

A elaboração do Plano de Desenvolvimento para o APL Celeiro busca desenvolver uma identidade com apoio na realidade comum e nas margens econômicas que possam ser produzidas e desenvolvidas pelos agentes que o compõe. Sendo assim a construção do Plano segue uma metodologia com base participativa e estratégica, significa que as organizações do APL e a sociedade conquistam sua parte, com atual envoltura, no processo de elaboração do Plano. A efetiva participação dos atores locais contribui no fortalecimento de todos os elos da cadeia produtiva com um Plano em que empresas, entidades e a comunidade se sentem representadas e protagonistas (BASSO e TRENNEPOHL 2014).

Segundo Basso e Trennepohl (2014), o método de desenvolvimento do diagnóstico resulta em um espaço para a participação, estimulação e ligação de esforços dos agentes locais para determinar uma leitura da real local, contextualizada na dinâmica socioeconômica global, e possibilitar uma visão mais clara quanto aos norte que devem ser seguidos, as estratégias e as ações prioritizadas para atingir os objetivos escolhidos, contemplando as expectativas dos envolvidos.

Dessa forma, a metodologia adotada na elaboração do Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento privilegiou a realização de estudos e análises específicas e as discussões e reflexões conjuntas com os atores locais que fazem parte de cada APL, em diferentes fases de sua construção. A seguir apresenta-se um recorte dos processos realizados em duas diferentes

regiões, com o intuito de identificar as características de cada uma e observar a existência do capital social e sua capacidade enquanto fator de desenvolvimento.

3.1 A METODOLOGIA DOS APLS COM A VISÃO DE ROBERT PUTMAN

Segundo Putman (1996) para entender e conhecer como funciona uma instituição precisa juntar os fluxos de evidências independentes, assim como investidor tem que recorrer à diversificação para aumentar o potencial de um único instrumento, usando diferentes técnicas. Dessa forma utilizando criteriosa observação de campo e do estudo de caso, como modo de “impregnação e investigação” na busca pratica pontos fortes e fracos, vivencias dos seus dia a dia, dessa forma foi trabalhada por duas décadas de inquirição pelas regiões da Itália, no início dos anos 1970.

A investigação se exigia ao longo da pesquisa que fosse simultânea comparação entre 20 regiões em diversos aspectos, técnicas e análise, e também tende de estudar o passado de algumas regiões para compreender as tarefas e ampliar o conhecimento a respeito de casa região, esforçando para compreender as análises institucionais o uso do método antropológico e comportamental. Por outro lado a diversidade da demanda era não só a abrangência e sim a capacidade de abordar diferentes problemas na formação, buscou reunir evidência sistemáticas com tempo, espaço no total de 700 entrevistas nas regiões escolhidas entre os anos de 1970 e 1989 na Itália, ao longo de quase 20 anos, sendo três baterias de entrevistas pessoais com líderes comunitários, e seis com sondagem nacional via postal através dos líderes. Outras seis sondagens nacionais autorizadas, e outras com eleitorados entre os anos de 1968 e 1988 permitindo apontar as diferenças governamentais e o engajamento social (PUTMAN, 1996).

A diversidade dos propósitos de Putnam exigia métodos que propiciassem não só abrangência, mas também uma análise mais profunda de certos temas, regiões e períodos da reforma, reunindo evidências sistemáticas tanto no tempo quanto no espaço para proceder uma análise tanto longitudinal quanto de corte transversal. Comprovando empiricamente a importância da “comunidade cívica” para o desenvolvimento de instituições eficientes (PUTMAN, 1996).

Começa examinado cada um dos 12 indicadores da eficácia governamental nas 20 regiões. Em seguida averigua as correlações existentes entre esses indicadores e verifica se a avaliação sintética do desempenho é estável ao longo do tempo. Por fim, compara as avaliações, região por região, com as opiniões dos eleitores e líderes comunitários italianos. Após focalizar os mesmos assuntos em entrevistas com administradores e líderes comunitários de toda Itália, durante o período de 1978 a 1985, Putnam apura indicadores que tomados isoladamente, não são suficientes, porém conjuntamente, propiciam uma sólida avaliação do êxito ou fracasso das instituições (PUTNAM, 1996).

Os ritmos das mudanças institucionais são lentos e suas características edificadoras e avaliadoras dessas instituições é ser paciente, onde os governos regionais foram sistematicamente, mais bem-sucedidos do que outros (eficientes, criativos e eficazes), certas regiões são mais bem governadas do que outras, mesmo governos tendo a mesma estrutura. É a eficácia institucional em geral que varia coerentemente de uma região para outra, sendo urgente entender o porquê. Todavia identificou que um bom governo na maior parte do tempo serve aos interesses da maioria das pessoas (PUTNAM, 1995).

Contudo Putnam (2000) afirma que estado e sociedade juntos podem produzir civismo ou capital social. Neste sentido nenhuma parte poderá prescindir da outra. E que o humanismo cívico a chave para uma metodologia onde a participação de todos faça a grande diferença.

Onde podemos observar que nas análises celeiro e regional se apresentam de diferente metodologia.

3.2 ANÁLISE DO APL CELEIRO

Os Arranjos Produtivos Locais Agroindustriais Familiares da Região Celeiro (APL Celeiro) são um grupo de atores com enfoques econômico, social e políticos, em busca de cooperação e aprendizagem em torno da agroindústria familiar e na cadeia produtiva do leite. Traz o processo de elaboração do planejamento estratégico definindo a missão e objetivos com base em uma análise interna e externa no seu ambiente. O planejamento estratégico pode tornar permanente seu processo, de forma que os objetivos estruturantes, sua metas, devem contemplar as ações e organizar os esforços para alcançá-los dentro de determinado ambiente (BASSO e TRENNEPOHL, 2014).

Dessa forma o plano estratégico de desenvolvimento para um APL, tem como objetivo compor uma visão compartilhada de futuro pelas empresas, pelo poder público municipal e federal, empresas não governamentais, entre outras. Todos com uma visão compartilhada e integrada em busca de ações conjuntas, entre propostas locais e regionais proporcionando ganhos coletivos no desenvolvimento dos projetos (*ibidem*).

A aceitação do planejamento estratégico é o direcionamento para o futuro, com base em suas realidades individuais, fatores externos não controlados, e os fatores internos controlados com bases democráticas, cuidados na tecnocracia e nas variações políticas de cada município. Sendo assim destaca o ponto de vista ético e político onde o planejamento evidencia a sustentabilidade do desenvolvimento em relação às práticas de planejamento local e regional (*ibidem*).

O arranjo produtivo local agroindústria familiar da região celeiro está localizada na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, compõe-se de 21 municípios e 14 cooperativas. Tendo como principais produtos: leite, mandioca, feijão, cana-de-açúcar, erva-mate, apicultura e tricô, bem como criações diversas de gado bovino, suínos, frango, que servem de matéria prima para a agroindústria que abastece os locais mais perto de consumo. Com o passar do tempo a produção do leite vem crescendo e se unindo ao crescimento da estratégia para o desenvolvimento regional (*ibidem*).

Com o aumento do crescimento da produção de leite foi criada a Associação Gaúcha de Empreendimentos Lácteos (Angel) com as seguintes finalidades: orientar e observar as cooperativas associadas, ensinar e aguçar a cooperação entre as cooperativas, e prospecção de novos clientes e mercados, obter ganho na compra do produto, comercialização de serviços e produtos, objetivando a eficácia da marca e o nome do produto comercial. E por fim avaliando a questão ambiental, administrativa, comercial, logística e jurídica. Contudo a Região Celeiro é composta por pequenas propriedades naturais de colonização, se tornando vasta e com potencial enorme para produção agrícola e de animais (*ibidem*).

Portanto, destaca-se a união entre agentes públicos e privados no acordo em torno de ações prioritárias com o desenvolvimento local. Assim tornando mais eficaz o relacionamento entre agentes locais e servidores públicos, sendo fundamental uma relação de confiança entre atores e técnicos para que possam observar no público-alvo, duas ações: uma nas pessoas que precisam de alguma adequação e outra para que se sintam seguras, pois para que isso ocorra é indispensável sinergia no desenvolvimento de suas ações (*ibidem*).

A produção do APL Celeiro possui características distintas de comercialização dos produtos que compõe o Arranjo, também em relação aos hortifrutigranjeiros, grãos, cereais, derivados da carne, do leite, de frutas e de cana-de-açúcar que quase não recebem vantagem

agroindustrial. Sendo que a maior parte dos produtos é consumida pelos próprios municípios na região Celeiro (*ibidem*).

3.3 ANÁLISE DO APL MISSÕES

O Arranjo Produtivo Local de Agroindústrias Familiares das Missões trouxe uma sugestão de valorizar os produtos agrícolas locais e aumentar a expansão dos mercados e auxiliar no crescimento das agroindústrias familiares. Sendo assim as cooperativas resultam mais atraídas a desenvolver e ampliar seu próprio negócio, dessa forma, agregando mais renda a sua família e a população rural, bem como, oferecendo uma alternativa de permanência dos jovens no hábito rural (POLANSKI, 2014).

A proposta foi aceita pela política pública do governo estadual no ano de 2011 onde desenvolveu um planejamento estratégico da região, com o mercado em crescimento no ramo de alimentos buscou forças para incorporar tecnologias, gestão tanto da indústria quanto da APL, apertar relações entre compradores e fornecedores e diversificar a produção (*ibidem*).

A análise dos dados forma um conjunto com os atores do APL, apontando os pontos fortes, fracos, as oportunidades, as expansões e a capacidade com base no estudo. Dentre essas situações foi desenvolvida uma estratégia para superar os pontos fracos, ainda que os programas governamentais envolvam o fortalecimento da APL. Posteriormente foram analisados, o nível educacional dos trabalhadores do APL, as aplicações financeiras, tecnológicas, qualidade e o rendimento dos produtos, a inovação aplicada, a sustentabilidade, relações sociais e culturais e o onde pode aperfeiçoar seu segmento (*ibidem*).

Do mesmo modo os Arranjos Produtivos Locais (APL) se caracterizam como uma organização feraz sistêmica com apoio na cooperação dos agentes do território, ou seja, com conexão de cooperação e aprendizagem entre os agentes, construindo um ambiente apropriado ao desenvolvimento (AGDI, 2013). Estratégia e objetivos definidos após analisado a situação atual, foi aberto de um “*brainstorming*” entre agentes e atores do APL, dessa maneira definido as alianças estratégicas entre os atores. Esses se dedicando aos projetos de interesse de todos de forma que cada um colaborasse com suas habilidades. O plano de desenvolvimento das estratégias foi realizado com a visão de curto, médio e longo prazo, assim fortalecendo a cadeia produtiva e a cadeia consumidora dos produtos agroindustrial na região das Missões- RS.

Assim foi possível construir o Plano de desenvolvimento para Agroindústria Familiar da Regia das Missões, com o enquadramento no projeto APL's do Rio Grande do Sul, conforme a Lei nº 13.839 de 05/12/2011. Sendo composto por 25 municípios missioneiros evidenciando o Plano de Desenvolvimento para o APL das Missões, apresentando uma particularidade de 263 agroindústrias, a origem de seus trabalhadores, valores e percentuais dos produtos e informações relacionadas a cooperação do arranjo missioneiro e a estratégia de governança estadual (POLANSKI, 2014).

Ressalta-se que de todas as famílias envolvidas, 39 estratégias propostas, algumas merecem destaques em suas efetividades e no desenvolvimento da APL, pelo fato de receber uma atenção especial por parte da AGDI e pela governança do APL, durante a verificação do plano do desenvolvimento com os eixos seguintes:

- Auxiliar as agroindústrias familiares na obtenção da certificação do Selo Sabor Gaúcho;
- Qualificar o quadro de funcionários das entidades assistenciais (EMATER, COOPTEC, Secretarias de Agricultura), nos processos de adequação e legalização das Agroindústrias Familiares;

- Reativar o centro de treinamento de São Luiz Gonzaga;
- Criar uma atribuição específica para a “equipe multidisciplinar”, que busque padrões nos processos produtivos e o composto de marketing visando alcançar uma “identificação geográfica” para o APL missioneiro;
 - Definir uma política pública regional que destine parte dos recursos do município para investimento nas agroindústrias do município;
 - Criação de abatedouros microrregionais para atender os produtores familiares;
 - Readequação e realocação dos equipamentos que estão parados nos municípios;
 - Conscientizar, esclarecer e ampliar o potencial de inserção no mercado, das agroindústrias familiares legalizadas;
 - Orientação sobre a obrigatoriedade e o processo de cadastramento ambiental rural – CAR;
- Realizar encontros semestrais entre as agroindústrias por cadeia produtiva da região para troca de ideias e experiências, com apresentação de cases de sucesso.

Logo o plano de desenvolvimento do APL oferece subsídio de informação prática e teórica a todos interessados no arranjo, ou seja, todos os profissionais empenhados na temática, agroindústrias, supermercados, produtores rurais, consumidores, pesquisadores e universidade (POLANSKI, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inovação dos APL's quer, por nova estratégia, fomentar o desenvolvimento sustentável promovendo o bem estar das regiões, tornando protagonistas em cada território os sujeitos de cada 'elo' da relação das cadeias produtivas das regiões, na formação de correntes robustas para sustentar as regiões. Na moderna linguagem, a formulação e fortalecimento de redes de produção, comercialização e consumo de produtos, bem como, a criação de um ambiente favorável ao surgimento de inovações e a produção mais limpa de agrotóxicos e químicos, promover formação específica, direcionada às atividades produtivas, no âmbito local, com treinamentos e capacitações que desenvolvam as habilidades necessárias para a sustentação da gestão do desenvolvimento regional com sustentabilidade.

Cabe destacar a existência de fatores que produzem ambiente positivo para o território, envolvendo não somente recursos naturais, mas especialmente as relações estabelecidas entre os atores, gerando confiança que se traduz na redução de custos de transação, transmissão de conhecimentos e em aumento da cooperação de maneira geral.

Apesar, entretanto, dos aspectos positivos, existem problemas, debilidades e insuficiências que geram dificuldades ao bom funcionamento do Arranjo Produtivo Local. A razão de ser de um APL é exatamente a possibilidade de representar diferenciais de competitividade para os participantes, fruto da proximidade, integração e cooperação entre eles e com as entidades de apoio. O desenvolvimento do APL implica em ampliar as ações próprias de sua natureza num território e que o processo lhe permita aprofundar a identidade entre os atores e fortalecimento da confiança entre atores, dando consistência para toda a rede que uma região tece, nos processos de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BASSO, Dom; MUENCHEN, J. V. Contribuição de Diferentes Tipos de Empresas Industriais para o Desenvolvimento Local: o caso do município de Ijuí/RS. **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí, Editora Unijuí. V. 4, N. 7, Jan-Jun 2006, p. 95-125.
- BASSO, D. Fundamentos Teóricos e Procedimentos Metodológicos para a Análise de Processos Reais de Desenvolvimento. In: SIEDENBERG, D. R. (Org). **O desenvolvimento sob múltiplos olhares**. Ijuí, Ed. Unijuí, 2012, p. 101-137.
- BASSO, D.; TRENNEPOHL, D. (Org). **Planejamento estratégico de arranjos produtivos locais: o plano de desenvolvimento do APL metalmeccânico pós-colheita – Panambi e Condor 2012 - 2022**. Ijuí, Ed. Unijuí, 2012, 208 p. (coleção gestão e desenvolvimento).
- BASSO, D.; TRENNEPOHL, D. (Org). **Planejamento estratégico de arranjos produtivos locais: plano de desenvolvimento do APL agroindústria familiar da região celeiro 2014 - 2020**. Ijuí, Ed. Unijuí, 2014, 344 p. (coleção gestão e desenvolvimento).
- BUSTELO, E. **Planejamento e Política Social: a dialética do possível**. In: BROMLEY, R; BUSTELO, E. (org.) **Política x Técnica no Planejamento: perspectivas críticas**. São Paulo: Brasiliense/UNICEF, 1982.
- CASTILHOS, C. C. **Sistemas locais de produção do RS: reflexões sobre seus limites e possibilidades enquanto política pública**. In: CASTILHOS, C. C. (Coord.). **Programa de apoio aos sistemas locais de produção: a construção de uma política pública no RS**. Porto Alegre: FEE / SEDAI, 2002.
- DEMO, P. **Participação é Conquista**. 2ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1993.
- MUCKE, N. Apresentação pela AGDI. In: BASSO, D.; TRENNEPOHL, D. (Org). **Planejamento estratégico de arranjos produtivos locais: o plano de desenvolvimento do APL metalmeccânico pós-colheita – Panambi e Condor 2012 - 2022**. Ijuí, Ed. Unijuí, 2012, p. 9-10.
- POLANCISKI, É. et al. **Plano de desenvolvimento do APL da agroindústria familiar da região das Missões RS**. Santo Ângelo: FURI, 2014.
- PUTNAM, Robert . **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. Tradução de *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy* (1993).
- _____. **Bowling Alone: America's Declining Social Capital**. *Journal of Democracy*, vol.6, nº I, 1995, pp. 65-78.
- _____. **Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community**. New York, Simon & Schuster, 2000.
- SILVA NETO, B. **Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários: uma interpretação baseada na Teoria da Complexidade e no Realismo crítico**. *Desenvolvimento em Questão*. Ijuí, Ed. Unijuí, ano 5, n. 9, p. 33-58, 2007.
- TATSCH, A. L. et. al. **Política para APLS no RS: critérios e arranjos selecionados para apoio**. Porto Alegre: Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 31, Número Especial, p. 703-740, jun. 2011.

TRENNEPOHL, D. Projetos de Desenvolvimento. In: SIEDENBERG, D. R. (Org). **O desenvolvimento sob múltiplos olhares**. Ijuí, Ed. Unijuí, 2012, p. 369-392.